


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1013229-05.2016.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Glaucia Raphael Braga**, brasileira, casada, garçone, RG 41.365.675-SSP/SP, CPF 315.389.138-95, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Luiz Carlos de Arruda Mendes, 753, Vila Boa Vista - CEP 13574-009.
 Requerido : **Antonio Martins Braga**, RG 12.356.885, CPF 026.524.828-07, nascido nesta cidade de São Carlos/SP aos 30/10/1955, filho de Orozimbo Martins Braga e de Benedita Alves Martins Braga, falecido nesta cidade em 17/04/2015.

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

A requerente informa que seu genitor-requerido faleceu em 17/04/2015. Pede alvará para sacar o saldo existente na conta bancária nº 1011298-2, da agência 0217-8, do Banco Bradesco S/A, em nome do falecido. Documentos diversos às fls. 04/15.

É o relatório. Fundamento e decido.

A legitimidade da requerente pleitear o saque do saldo da conta bancária decorre do passamento de seu genitor Antonio Martins Braga ocorrido em 17/04/2015, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos (fl. 06), e nela consta que o falecido era separado, não deixou bens nem deixou testamento conhecido.

Inexiste dependente habilitado à pensão por morte, consoante os termos da certidão/ofício de fl. 15.

A requerente é filha, portanto, herdeira necessária e hábil a pleitear esse saque (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil). Na certidão de óbito consta ainda que o falecido deixou outros dois filhos: Antonio Carlos Raphael Braga e Carlos Alberto Raphael Braga, os quais manifestaram anuência ao pedido, conforme declarações de fls. 10 e 12. A questão se resolve pelas disposições atinentes ao direito hereditário. A requerente ficará responsável pelo pagamento da cota-parte de cada herdeiro nesses ativos financeiros, de acordo com o artigo 272, do CC, sob as penas da Lei.

A requerente informou que existem ativos a serem levantados no Banco Bradesco S/A, agência 0217-8, conta 1011298-2, em nome do falecido. Os documentos de fls. 13/14 não especificam qual o saldo existente, mas considerando que o falecido era aposentado e face à informação de fl. 14 sobre benefício previdenciário por ele percebido, possível que se trate de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

valor que beira à insignificância. Dispensável que se exija prova complementar da real extensão desses supostos ativos em nome do falecido. Este juízo está tomando como referência o informe de fl. 14.

Observo ainda que no histórico de crédito de fl. 14, vinculado ao NB 112.138.317-0 em nome do falecido, consta que o pagamento do benefício era efetuado no Banco Bradesco S/A em conta distinta daquela indicada na inicial, ou seja, através da conta nº 0001432729 (não consta qual a agência). Considerando esses informes, possível que o falecido também tenha deixado ativos financeiros tanto nessa outra conta bancária como resídus previdenciários no INSS. O saque desses valores, presumivelmente de pequena monta, poderá ser autorizado visando à celeridade e economia processual. Ademais, trata-se de procedimento de jurisdição voluntária, o que facilita essa concessão ampliada.

DEFIRO o pedido inicial para conceder **ALVARÁ** em nome do Espólio de Antônio Martins Braga, a ser representado pela requerente **Glaucia Paphael Braga** (supraqualificados), para: **a) sacar** o saldo existente em todas as contas e/ou aplicação em nome do falecido, no Banco Bradesco S/A, em especial na conta nº 1011298-2, da agência 0217-8, e conta nº 0001432729 (não consta qual a agência); **b) sacar** no INSS o valor do resíduo de crédito do benefício NB nº 112.138.317-0 (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional), indicado no comunicado da autarquia, constante dos autos (fl. 14), compreendendo a autorização judicial os poderes para a assinatura em papéis e documentos para a consecução desses objetivos, inclusive receber, dar quitação e encerrar mencionadas contas bancárias. **O Banco deverá entregar à autorizada cópia do termo de encerramento da(s) conta(s).** Prazo: 180 dias. Concedo à requerente os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). Esta sentença valerá como instrumentos de **ALVARÁS** para os fins aqui expressos, devendo o INSS e o Banco Bradesco S/A lhes darem pleno atendimento. Compete à Defensoria Pública materializarem esta sentença/alvarás e entregá-la à requerente assim que publicada nos autos.

Compete à autorizada repassar aos coerdeiros a cota-parte de cada um na herança, haja vista o disposto no art. 272, do CC.

P. I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 01 de dezembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA